

“INSIGHTS” DE TECNOLOGIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL PARA ESTUDANTES SURDOS: DESENVOLVENDO HABILIDADES

Shirley Martins de Oliveira Carvalho ¹
Raquel da Silva de Vasconcelos ²

INTRODUÇÃO

A inclusão social e educacional de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – NEEs é uma realidade global, no Brasil a inclusão das pessoas com NEEs, passou a ter proeminência a partir dos anos 90, tendo como premissa o acolhimento e a tão esperada valorização e o respeito à diversidade humana.

A LEI 13.146 de 2015 assegura no Art. 53 que “a acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social”.

É amplamente reconhecido que a falta de compreensão sobre a importância da acessibilidade e inclusão, retrata um retrocesso que prejudica o direito das pessoas com necessidades especiais, um exemplo disso pode ser observado no caso da integração do aluno surdo no ensino regular e na preservação das condições de aprendizagem semelhante aos demais alunos.

Urge a busca de alternativas para superar a complexidade de aprendizagem da linguagem entre alunos surdos e ouvintes no contexto brasileiro, o que requer atualização dos procedimentos didático-pedagógicos utilizados e da formação docente para atuar nas salas de aulas heterogêneas e inclusivas. (JÚNIOR; CAVALCANTE; CASTILHO at all.,2021)

Contudo, é uma tarefa árdua, os obstáculos presentes por inexistência de métodos e metodologias apropriadas e a ausência de uma comunicação adequada, prejudica a formação educacional do estudante surdo.

O Art. 1º da LEI Nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023, define surdez:

“Considera-se deficiência auditiva a limitação de longo prazo da audição, unilateral total ou bilateral parcial ou total, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, obstrui a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas”. (BRASIL. 2023)

¹ Graduada no Curso de Pedagogia da Faculdade FAIBRA – PI, shirleymoc09@gmail.com ;

² Graduada no Curso de Pedagogia da Faculdade FAEPI – PI, raquelsvpc@gmail.com.

O aluno surdo possui as mesmas potencialidades de aprendizagem do aluno ouvinte a diferença entre eles está no modo que cada um tem de entender determinado conteúdo ministrado pelo professor.

Entretanto, com o advento das tecnologias voltadas para o enfrentamento às diferenças e a modificação do pensamento sobre as pessoas com NEEs, despertou-se um profundo interesse pelas tecnologias assistivas.

Isso se deve ao fato, de que as tecnologias assistivas viabilizam a construção de novas oportunidades, tendo como principal objetivo identificar as necessidades, e quais são os recursos que aluno surdo tem disponíveis para auxiliar na sua interação no ensino regular.

A escola faz parte do processo de trabalho de inserção do aluno surdo, sendo o professor a figura central da utilização e mediação dos elementos visuais para o processo de ensino aprendizagem, oportunizando ao aluno surdo o aumento da autoestima na construção dos conhecimentos, e concomitantemente o desenvolvimento cognitivo, intelectual e cultural.

Portanto o objetivo desta pesquisa é apresentar as tecnologias assistivas, aliadas a prática do professor para o ensino do aluno surdo, uma vez que é basilar que os estudantes aprendam cada vez mais.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O estudo apresentado foi elaborado com o amparo da pesquisa qualitativa, tendo como foco a revisão bibliográfica, que se configura como uma forma de enriquecer o conhecimento científico através de contribuições para o contexto em estudo.

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. (BOCCATO, 2006. p. 266)

Portanto, a pesquisa bibliográfica é um recurso para aprofundamento do conhecimento propiciando credibilidade ao trabalho que está sendo desenvolvido.

Segundo Medeiros 2009, a “pesquisa bibliográfica significa o levantamento da bibliografia referente ao assunto que se deseja estudar.” Tudo parte do pensamento sobre o que pretendemos estudar, sequenciando com um tema que seja um norte da pesquisa.

Estas opiniões possibilitam o desenvolvimento de conceitos das mais diversas teorias, possibilitando ao leitor pensar e analisar cada linha escrita desta construção, que consiste na etapa inicial deste trabalho, direcionando o caminho no qual o pesquisador irá se encontrar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Diante das inúmeras transformações que ocorrem na contemporaneidade a igualdade de direitos se constitui como uma condição necessária em uma sociedade que busca o respeito.

Através de grandes eventos, nações buscaram discutir sobre ações que podem garantir o respeito, a igualdade e a equidade entre as pessoas.

“Em 1948 foi proclamada na Assembleia Geral das Nações Unidas A Declaração Universal dos Direitos Humanos”, intitulada como o primeiro passo, da proteção dos direitos da pessoa como com deficiência. (BRASIL. 2021. p 08)

Para tanto muitas discussões a cerca do assunto como a inclusão e respeito a diversidade humana geraram medidas e políticas que buscam reforçar, a necessidade de proporcionar qualidade de vida as pessoas com NEEs, em especial na educação.

“Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”. (MEC/SEESP 2007.p 03)

O aluno com NEEs e em especial o aluno com deficiência auditiva enfrenta uma diversidade de dificuldades que o qualifica como incapaz, causando um atraso na sua inserção no ambiente educacional e social.

Em 2007, o Ministério da Educação publicou o documento denominado “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2007). O documento que deu início a direção da organização e do funcionamento da Educação Especial nos sistemas educacionais brasileiros tendo como base a Educação para a diversidade e a compreensão.

“A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e de aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.” (MEC/SEESP. 2007 p. 10).

A questão do aluno surdo, frequentar a mesma sala de aula de alunos ouvintes no ensino regular, exige que o professor tenha mais sensibilidade para a utilização de metodologias e métodos de ensino, elaborando atividades enriquecidas de recursos visuais com auxílio do computador, da internet possibilitando o aprendizado e socialização da turma.

(...) é preciso estar a par da novidade digital que permite autonomia, por colaboração na manipulação das informações que ganham sentido por meio das ações de cada indivíduo que deixa de ser mero receptor para tornar-se também emissor de informações. (SILVA, 2010, p.137).

Outras possibilidades para o professor em sala de aula é a utilização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS ou o suporte de um interprete de LIBRAS, whatsapp, gravação de vídeos, o aplicativo Hand Talk, VLIVRAS, Data-Show e toda e qualquer forma de comunicação possível, como a Comunicação Total, que em sua filosofia orienta que o importante é a comunicação, para tanto ela emprega modos linguísticos não apenas como a língua de sinais, mas também utiliza a fala, os gestos, o alfabeto visual e a leitura orofacial.

“Faz-se necessário viabilizar uma produção em forma de imagens para criar condições que atenda a característica visuo-espacial do surdo”. (KARNOPP, 1989 p.102 apud Strobel, 2009: 61).

Todos os meios utilizados para obter sucesso no propósito do ensino aprendizagem do aluno surdo pertencem as Tecnologias Assistivas, termo que representa todo o aglomerado de recursos que contribuem para favorecer ou aumentar as capacidades funcionais de pessoas com deficiência promovendo a inclusão do aluno.

“A Tecnologia Assistiva é composta de recursos e serviços. O recurso é o equipamento utilizado pelo aluno que lhe permite ou favorece o desempenho de uma tarefa. O serviço de tecnologia Assistiva na escola é aquele que buscará resolver dificuldade funcionais deste aluno, encontrando alternativas para que ele participe e atue positivamente nas várias atividades do contexto escolar” (MANTOAN 2011, p.133)

A utilização das Tecnologias Assistivas tornou-se uma ferramenta indissociável para o aprendizado do aluno surdo, possibilitando sua interação com o meio social e educacional em que está inserido, não se tratando apenas de justificar a presença do surdo entre os demais alunos ouvintes em sala de aula, mas de fazer a diferença no processo de ensino aprendizagem deste aluno.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Há muito que se discutir em relação aos métodos e a metodologias utilizadas em sala de aula, visto que, com base em nossa pesquisa, é necessário um entendimento que contemple um planejamento engajado em atender as diferenças.

Na busca de suplantar as distinções e os abismos que acontecem no processo de ensino aprendizagem a utilização das tecnologias assistivas, visa debelar as dificuldades educacionais, dentre eles podemos destacar um currículo bilíngue voltado à pedagogia visual, onde as imagens possam ter a voz do silêncio, através de textos e livros adaptados, programas de computador e filmes, pois uma metodologia lúdica que contemple estímulos visuais propiciará não apenas ao aluno surdo mais também ao ouvinte uma apreciação mais profunda do conteúdo apresentado em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto com a construção deste trabalho entendemos que o conhecimento prévio da cultura de determinada comunidade, no caso o aluno surdo proporciona ao professor subsídios relevantes a um aprimoramento de metodologias adequadas, a preparação acadêmica e a constante qualificação prepara o profissional para as inovações sobre a temática, colocando em cheque o profissional que realmente acredita na causa, não bastando estudar e se aprimorar mais também viver a causa.

O aluno surdo tem o direito de estar inserido em uma sala de aula regular, e quando o professor constrói seu planejamento ele deve adaptá-lo, com a utilização de suportes tecnológicos, para apresentar uma aula inclusiva para todos e alcançar o sucesso no processo ensino aprendizagem da turma em geral.

A ciência e tecnologia evidenciam estruturas sólidas para a melhoria da qualidade educacional do aluno surdo, a capacitação dos profissionais precisa equiparar-se com a tecnologia e a disposição do professor, como também o conhecimento de leis e programas educacionais voltados para a inclusão dentro da educação.

A construção da inclusão de Libras como disciplina obrigatória desde as séries iniciais se apóia fundamentalmente no respeito às diferenças e que diante do notório, cabe repensar a inclusão de todos em prol desta língua e que a escola busque estratégias e métodos adequados a sua necessidade de atender a todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica.** <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 16 jul.2024.

BOCCATO, V.R.C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo como forma de comunicação.** São Paulo: Odontol editora, 2006.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva. Plano nacional de tecnologia assistiva / Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva.** -- Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2021. https://www.gov.br/mcti/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes-mcti/plano-nacional-de-tecnologia-assistiva/pnta_-documento_web.pdf . Acesso em 21 jul. 2024.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Estatuto da Pessoa com Deficiência.** LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/113146.htm Acesso em 21 jul. 2024.

LEI 13.146 de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência.** – 4. ed. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. Acesso 30 de jul 2024. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/574288/Estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_4ed.pdf

LEI Nº 14.768, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023. Acesso 30 de jul de 2024. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14768.htm

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. 7. ED- Petrópolis, RJ.: Vozes, 2011.

MEC/SEESP **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2007. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> . Acesso 21 jul. 2024.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas-** São Paulo: 11 ed, Atlas, 2009.

JÚNIOR, Edivaldo dos Santos ; CAVALCANTE, Rivadavia Porto et al .**Métodos de ensino e avaliação da aprendizagem de surdos no Ensino Médio: o que dizem os profissionais de Libras-Português?** . Revista Sinalizar, Goiânia, 2021, v.6: e64972

STROBEL, Karin. **As imagens do Outro sobre a Cultura Surda.** 2ª. Ed Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

SILVA, Marco. **Inclusão Digital: algo mais do que ter acesso às tecnologias digitais.** In: RANGEL, Mary; FREIRE, Wendel (Orgs.). Ensino-aprendizagem e comunicação. Rio de Janeiro, Wak, 2010.

